

06-03-2023

RENOMEAR**Damiana Pereira de Sousa**

[Professora e pesquisadora de literatura indígena]

Em novembro de 2022 participei do VI Sigeoliteart - Simpósio Nacional e V Simpósio Internacional de Geografia, Literatura e Arte na Cidade de Goiás/GO. O evento teve como tema: “*uma geografia que ousa dizer o nome: paisagens, arte, trabalho e turismo*”. Várias pessoas frisaram o tema – dizer o nome – durante o encontro, que contou com falas, apresentações culturais e artísticas espetaculares. O professor Manoel Santana (UERJ/RJ) disse: “*É preciso afirmar o nome no país em que vivemos!*” e perguntou: “*quais geografias devemos dar o nome? Ousar dizer? Em que bases? Quais nomes interditos nós queremos dizer o nome?*”

E quando o nome machuca? Doe? Adoece? Extermina? Diminui? Envergonha? O que fazer? Como lidar? Um nome é tudo que nos representa? Tudo que nos é associado? Segundo o dicionário online de língua portuguesa nomear significa designar uma coisa, uma pessoa pelo seu nome; instituir a qualidade, ou seja, o nome é o que nos representa, é ao que somos associados. Escrevi nessa Coluna um texto sobre o peso da palavra índio, os estereótipos atrelados a essa palavra (Sousa, 01/12/2021), tudo sobre o que ela significa e causa nos corpos-territórios indígenas. Abordei os equívocos que esse nome produz. Tratei do sofrimento imposto aos povos indígenas durante séculos de genocídio e que permanece sem os devidos mecanismos de reparação. Genocídio que nos últimos anos aumentou de forma assustadora com políticas anti-indigenistas e tentativas anticonstitucionais visando retirar direitos adquiridos com muita luta em várias frentes. Depois do Sigeoliteart não parei de pensar na importância de dizer o nome dos diferentes povos indígenas habitantes do território brasileiro. A relevância de renomear instituições e nomes que ainda associam os povos originários a ideias errôneas e degradantes. **RENOMEAR** é um passo para a descolonização epistêmica e o estabelecimento das soberanias indígenas. Renomear para valorizar e respeitar a imensa diversidade de povos, línguas e tradições. Dizer o nome, reafirmar o nome! **Potiguara, Pankararu, Munduruku, Krenak, Tabajara, Kambeba, Macuxi, Kaingang, Guarani, Tupinambá, Caiapó, Avá-Canoeiro, Xavante, Iny, Tapuia, Tembê, Yanomami, Yanomami, Yanomami...** Vale ressaltar vitórias importantes dos povos originários nesse início de 2023. A primeira foi a renomeação da **FUNAI**, que agora é **Fundação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil**, conforme sugerido pelo grupo de transição do novo governo sobre os povos originários e estabelecido na **MP 1.154/2023** (art. 58). A Fundação vem sendo precarizada nos últimos anos devido a: redução de recursos orçamentários; dismantelamento de sua estrutura fundiária (responsável pelas demarcações); presidência e diretorias ocupadas por agentes externos ao indigenismo (policiais federais indicados pelo setor ruralista); procedimentos demarcatórios suspensos; revisão dos já concluídos e tentativa de aprovação do Marco Temporal-**PL490** (CIMI-Conselho Indigenista Missionário).

Dito isso, a renomeação da instituição é uma grande vitória para os povos indígenas pois renova a esperança para seguir na luta existindo.

Além disso, foi criado o **MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS** com as seguintes áreas de competência: *política indigenista; reconhecimento, garantia e promoção de direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão de terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, “sobre povos indígenas e tribais”*, promulgada no Brasil em 2004. Sônia Guajajara, uma das maiores lideranças indígenas brasileiras da contemporaneidade, foi nomeada ministra responsável. As mudanças já são perceptíveis. Nos primeiros dias no novo cargo ministra mostra sua força ao agir rapidamente em defesa e proteção de seu povo com ação imediata do Estado. Guajajara criou um gabinete de crise para acompanhar a situação de conflitos de terras na região do extremo sul da Bahia. A medida foi tomada no dia seguinte ao assassinato de dois jovens indígenas (**G1**, 18/01/2023). Isto é, o genocídio indígena segue acontecendo e é urgente que, de fato, pare. O gabinete contará com representantes do Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Ministério da Justiça, Segurança Pública, Governo da Bahia, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal (MPF), Conselho Nacional de Direitos Humanos e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. 2023 começou com boas notícias. Infelizmente, logo a esperança foi substituída pela dor. Fomos esmagados com a situação de crise humanitária do povo Yanomami. Situação que vem de longa data e que nos destrói literalmente. Não há o que explique tamanho descaso, negligência e omissões do Estado brasileiro com seu povo originário. É genocídio, não há outro nome, visto o vasto acervo de evidências apurado pelo MPF para imediata responsabilização do Estado brasileiro:

“Tal acervo revela um panorama claro de generalizada desassistência à saúde, sistemático descumprimento de ordens judiciais para repressão a invasores do território indígena e reiteradas ações de agentes estatais aptas a estimular violações à vida e à saúde do povo Yanomami”

(**Carta Capital**, 30/01/2023).

Justiça para os Yanomami!

Diante do triste e degradante cenário renomear representa esperança para um povo que vive oprimido, apagado e assassinado diariamente. **Renomear para existir!**

Dizer o nome para não se esquecer

povos, tradições, corpos, culturas, vidas...

YANOMAMI, YANOMAMI, YANOMAMI...

♦ ♦ ♦

Referência

- Brasil. **Medida Provisória nº 1.154, de 01/01/2023**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.